

254 - Paulo

41/02/02/2009

AZEVEDO SETTE ADVOGADOS



**ILMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM)**



**Ref. Luzboa S.A. - PCH Luminárias
Licenciamento Ambiental n.00041/2003/002/2009*
Condicionante n. 19 - Compensação Ambiental**

LUZBOA S.A. ("Recorrente" ou "LUZBOA"), pessoa jurídica de direito privado autorizada a exercer atividades de produção independente de energia elétrica através da construção de PCHs, com sede na cidade de Belo Horizonte/MG, na Avenida Raja Gabágliã, n. 1.000, CEP 30380-090, inscrita no CNPJ sob o n. 04.779.802/0001-00, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, por suas advogadas adiante assinadas, nos termos dos arts. 19, 20 e 21 do Decreto n. 44.844, de 25.06.2008, apresentar **Recurso Administrativo** frente à decisão de inclusão da Condicionante n. 19 pela URC Sul de Minas quando do referendo da Licença de Instalação Corretiva conferida ao empreendimento em epígrafe, requerendo a sua apreciação, para que, ao final, na forma das razões de fato e de direito a seguir aduzidas, seja dado provimento integral ao presente Recurso.

CS

BELO HORIZONTE

Rua Paraíba, 1000
Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte - MG
Tel (+ 55 31) 3261-6656
Fax (+ 55 31) 3261-6797

BRASÍLIA

Setor de Antarquias Sul, Quadra 06
Bloco K - Edifício Belvedere - 7º andar
70070-915, Brasília - DF
Tel (+ 55 61) 323-7977
Fax (+ 55 61) 323-7976

RIO DE JANEIRO

Rua do Ouvidor, 88
7º andar, Centro
20040-030, Rio de Janeiro - RJ
Tel (+ 55 21) 2221-8484
Fax (+ 55 21) 2221-7353

SÃO PAULO

Av. das Nações Unidas, 11857
5º andar - Brooklin
04578-908, São Paulo, SP
Tel (+ 55 11) 5505-1710
Fax (+ 55 11) 5505-4147

www.azevedosette.com.br

06/11

SUPRAM SM



I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

- 1.1 Inicialmente, cumpre registrar que a r. decisão, ora recorrida, foi publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais no dia 07.10.10. Portanto, nos termos dos art. 20 do Decreto n. 44.844/2008, resta tempestivo o presente Recurso.

II. BREVE HISTÓRICO

- 2.1 Em 16.08.2005, a LUZBOA formalizou junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) o processo de requerimento de Licença Prévia para a reativação de uma Pequena Central Hidrelétrica, PCH Cachoeira da Fumaça, ora denominada PCH Luminárias. Para tanto, este órgão solicitou informações complementares para subsidiar a análise da supressão vegetal que, diante a ausência de manifestação da Recorrente à época, ocasionou o indeferimento do processo.
- 2.2 Por isso, em 11.12.2006, a LUZBOA procurou novamente o referido órgão ambiental para uma reorientação relacionada ao processo de obtenção da LP, concomitantemente com a Licença de Instalação (LI), uma vez que a análise anterior não havia sido concluída e levando em consideração que se tratava de um barramento já existente.
- 2.3 Em 18.10.2007, a SUPRAM Sul de Minas convocou a LUZBOA para prestar esclarecimentos acerca da situação acima exposta. Nesta ocasião, definiu-se que seria preenchido um novo FCEI para a unificação dos procedimentos para a obtenção da LP e LI, haja vista se tratar de reativação de uma PCH já instalada, e que os estudos até então apresentados seriam complementados.



- 2.4 Sucedeu-se, então, a vistoria da SUPRAM ao local, quando foi verificado que, de fato, a PCH em questão **já possuía barramento instalado** desde a década de 60, confirmando-se, com isso, o procedimento mais adequado para regularização do empreendimento seria o procedimento corretivo. Dessa forma, o **processo foi dirigido para formalização do pedido da Licença de Instalação Corretiva (LIC)**.
- 2.5 A LIC, já concedida *ad referendum* com base no Parecer Único da SUPRAM SM - Protocolo n. 655535/2009 (o “Parecer”, Anexo II ao presente Recurso), foi referendada na 72ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Sul de Minas do COPAM, realizada no dia 04 de outubro de 2010.
- 2.6 Na ocasião, foram também alteradas duas condicionantes propostas e incluídas outras duas. Entre estas inclusões, inseriu-se a Condicionante n. 19 (a “Condicionante”), que assim dispõe:

Protocolar na Gerência de Compensação Ambiental / Núcleo de Compensação Ambiental (NCA) do IEF solicitação para abertura do processo de cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei 9.985/2000. Prazo: Até 30 dias da publicação da decisão da URC.

- 2.7 Não obstante, a Recorrente não concorda com introdução da Condicionante n. 19, pelas razões que passa a aduzir.

III. DA NÃO CONFIGURAÇÃO DO ELEVADO IMPACTO AMBIENTAL PELO EMPREENDIMENTO

- 3.1 Determina a Condicionante n. 19 em tratativa, que compete ao empreendedor *protocolar na Gerência de Compensação Ambiental / Núcleo de Compensação Ambiental (NCA) do IEF solicitação para abertura do processo de*

cumprimento da compensação ambiental, de acordo com a Lei 9.985/2000. Prazo: Até 30 dias da publicação da decisão da URC.

- 3.2 Nesse sentido, vejamos o que dispõe a mencionada Lei 9.985, de 18.07.2000, que institui o Sistema nacional de Unidades de Conservação – SNUC, em seu artigo 36, que trata da compensação ambiental:

Art. 36. Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, de acordo com o disposto neste artigo e no regulamento desta Lei.

- 3.3 A redação da Condicionante em discussão, acima colacionada, alude que a compensação ambiental se dará *de acordo com a Lei 9.985/2000*. Ocorre que a própria inclusão desta Condicionante está em evidente desacordo com a mencionada Lei.
- 3.4 O objeto do licenciamento ambiental em questão é a **reativação** de uma barragem para geração de energia hidrelétrica, com 3,8 MW de potência instalada e 37,8 ha de área alagada. De acordo com a Deliberação Normativa COPAM n. 74, de 09.09.2004, este empreendimento é classificado como de pequeno porte e foi enquadrado pela SUPRAM como classe 3.
- 3.5 Para o licenciamento do empreendimento, a SUPRAM orientou a LUZBOA que elaborasse os respectivos Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA). Não foi necessária a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).
- 3.6 Tanto a Lei do SNUC, que embasou a inclusão da Condicionante, quanto o Decreto que a regulamentou, n. 4.340, de 22.08.2002 (que dispõe sobre a



matéria em seu *CAPÍTULO VIII - DA COMPENSAÇÃO POR SIGNIFICATIVO IMPACTO AMBIENTAL*), são claros ao relacionar as medidas de compensação ambiental ao EIA/RIMA.

- 3.7 E de outro modo não poderia ser, porque se o empreendimento é classificado pela legislação pertinente como potencial causador de significativo impacto ambiental, seu licenciamento obrigatoriamente será precedido da elaboração do EIA/RIMA.
- 3.8 Vejamos o que dispõe a Resolução CONAMA n. 001, de 23.01.1986, que disciplina a matéria em âmbito federal:

Artigo 2º - Dependerá de elaboração de estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA e em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como: (...)

*VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, **acima de 10MW**, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques; (...) (Grifamos.)*

- 3.9 Não é o caso do empreendimento em comento, que, como já colocado, terá 3,8 MW de potência instalada e 37,8 ha de área alagada.
- 3.10 No âmbito da legislação estadual, o Decreto n. 45.175, de 17.09.2009, dispõe em seu artigo 2º que *incide a compensação ambiental nos casos de licenciamento de empreendimentos considerados, pelo órgão ambiental competente, causadores de significativo impacto ambiental, com fundamento em Estudo de Impacto Ambiental e Respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA ou em parecer técnico do órgão licenciador.*



- 3.11 Destaque-se que esta última disposição, *ou em parecer técnico do órgão licenciador*, vem sendo questionada pela Procuradoria Geral do Estado, que recomendou sua retirada em recente parecer, do qual trataremos adiante. Não obstante, não adentraremos nessa seara, já que no caso em tela resta cristalino que **o empreendimento não é causador de significativo impacto ambiental**, conforme veremos a seguir.
- 3.12 De fato, e conforme bem ressaltado no Parecer, será aproveitado o barramento localizado na Cachoeira da Fumaça; ou seja, a reativação da PCH prevê o aproveitamento do mesmo eixo do atual barramento. Assim, **os impactos decorrentes da implantação do barramento já se encontram consolidados**.
- 3.13 Na esteira do que atesta o Parecer, a área do reservatório será apenas aumentada, passando a ocupar terrenos que atualmente já sofrem inundações na época de enchentes. Ou seja, **não haverá impactos significativos** tanto na vegetação ciliar, como na mata de várzea existente.
- 3.14 Ainda de acordo com o Parecer, a área onde se localiza a PCH Luminárias é região dotada de vulnerabilidade natural caracterizada entre muito baixa e baixa, o que significa que **o ambiente tem capacidade de absorver impactos ambientais causados por este tipo de empreendimento**. O Parecer aponta, também, que, em termos de qualidade ambiental, a área é classificada como média e baixa, sendo que **o risco ambiental foi considerado predominantemente baixo**.
- 3.15 Com relação ao meio biótico desta mesma região, o Parecer esclarece que a cobertura vegetal original da Área de Entorno - AE era representada pelo campo limpo, campos rupestres, cerrado, floresta ciliar, floresta semidecidual e comunidades vegetais associadas aos campos de várzea e coleções hídricas lânticas, **sendo que atualmente boa parte desta área está revestida por pastagens**. Já com relação à Área Diretamente Afetada (ADA) observa-se basicamente floresta ciliar e campos de várzea. Estes últimos possuem maior expressão na área diretamente afetada pelo reservatório, cabendo ressaltar,



contudo, que o nível do reservatório será ampliado em 1,15m (um metro e quinze centímetros), o que não causará mudanças drásticas para esta vegetação, uma vez que esta sofre constante variação sazonal, submetendo-se a frequentes inundações.

- 3.16 Conforme ressaltado no Parecer, visando à minimização dos impactos no meio biótico, com relação à flora, foi proposta a ocupação apenas das áreas necessárias à implantação das estruturas de apoio e permanentes, de forma a reduzir ao máximo os impactos sobre a vegetação nativa.
- 3.17 No que se refere à compensação ambiental, o Empreendedor, por meio da Declaração de Responsabilidade e Compromisso, propôs compensação florestal devido à supressão de vegetação, bem como intervenção em APP. Esta proposta figurou-se como a condicionante n. 07 da LIC concedida.
- 3.18 Além desta compensação, ficou determinado que a LUZBOA deverá apresentar proposta de compensação florestal pela supressão de vegetação da Mata Atlântica. Esta determinação também se evidenciou pela Declaração de Responsabilidade e Compromisso da LUZBOA, concretizando-se na condicionante n.08 da LIC.
- 3.19 Já quanto à compensação ambiental prevista na LFI do SNUC, o Parecer foi claro ao afirmar que *Este empreendimento está dispensado da compensação ambiental prevista na Lei do SNUC, em obediência ao previsto na Nota da Advocacia Geral do Estado nº 15.016 de 18 de maio de 2010 e considerações expostas no item 2.5 deste Parecer.*
- 3.20 Isso porque, ainda segundo o Parecer, já a guisa de conclusão, *Os impactos relacionados à fase de instalação do empreendimento (...) são mínimos, já que as intervenções a serem realizadas serão de baixa magnitude e parte da infraestrutura necessária já existe no local. Além disso, os impactos serão controlados por medidas propostas dentro do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e ações apresentadas como recomendações ambientais para a empreiteira.*



3.21 Realmente, de acordo com o parecer da Advocacia Geral do Estado divulgado pela Nota acima citada, de autoria da Procuradora do Estado Dra. Nilza Aparecida Ramos Nogueira, aprovado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica Dr. Sérgio Pessoa de Paula Castro, somente incidirá a compensação ambiental nos casos de licenciamento de empreendimentos considerados, pelo órgão ambiental competente, causadores de significativo impacto ambiental, com fundamento em EIA-RIMA, o que não se verifica com a PCH Luminárias.

3.22 Nesse sentido, vejamos o que dispõe o Parecer AGE n. 15.016/2010:

*De acordo com a orientação do Supremo Tribunal Federal, o parâmetro para definir se **há** significativo impacto ambiental é o EIA/RIMA (§2º do art. 36). A partir desse estudo, fixar-se-á o investimento do empreendedor, proporcionalmente ao impacto, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa.*

3.23 De fato, podemos citar, a título exemplificativo, o seguinte julgado do STF:

EMENTA: CONSTITUCIONAL. MEIO AMBIENTE. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL – EIA. C.F., art. 225, §1º, IV. I.- Cabe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. C.F., art. 225, §1º, IV. II.- RE provido. Agravo improvido. RE 396.541 – AgR. Relator Ministro Carlos Veloso, 2ª Turma, DJ de 05/08/2005.

3.24 Assim, conclui o Parecer AGE n. 15.016/2010 que *Desse modo, não há autorização constitucional para dispensar o Estudo de Impacto Ambiental em casos de licenciamento de empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental, porque assim o determina o texto constitucional e o art. 36 da Lei Federal n. 9.985/00 para o fim de fixação da compensação ambiental, sob pena de nulidade do procedimento.* 3.25 Ainda, em parecer posterior, de n. 15.044, de 03.10.2010, a mesma

Procuradora reafirma os termos do Parecer AGE n. 15.016/2010 e tece algumas observações complementares a este, como veremos a seguir:

Adverte-se para que incumbe ao órgão ambiental, na fase de Licença Prévia, fazer uma análise minuciosa para identificar a necessidade da realização do Estudo de Impacto Ambiental para o fim de prever a calcular a compensação ambiental (...).

- 3.26 Novamente, o presente empreendimento ora em discussão não foi submetido ao EIA/RIMA por não ter sido considerado, pelo órgão ambiental competente, como empreendimento causador de significativa degradação do meio ambiente, conforme dispõe o artigo 225, IV, da Constituição Federal de 1988.
- 3.27 Finalmente, cumpre destacar que o entendimento pela não aplicação do instituto da compensação ambiental, pelos fundamentos aqui elencados, tem sido adotado pelo COPAM em diversas de suas Unidades Regionais Colegiadas. Podemos citar a recente decisão da Unidade Regional Colegiada do Rio das Velhas, que, em sua 31ª Reunião, realizada em 26.07.2010, concedeu Licença de Operação para Unidade de Tratamento de Minerais sem a condicionante relativa à compensação ambiental.
- 3.28 De igual modo, a mesma SUPRAM SM, analisando caso semelhante, relativo à reativação da PCH Oliveira, igualmente de pequeno porte, já instalada e agora reativada, assim dispôs em seu Parecer Único, Protocolo n. 443943/2010, datado de 14.07.2010, que opinou pela concessão de LO para o empreendimento (Anexo II ao presente Recurso):

Este empreendimento está dispensado da compensação ambiental prevista na Lei do SNUC, em obediência ao previsto na Nota da Advocacia Geral do Estado nº 15.016 de 18 de maio de 2010 e considerações expostas no item de compensação ambiental deste Parecer.



IV. PEDIDO

Diante de todo o exposto, tendo em vista a ausência de motivação e fundamentação legal e técnica para a inclusão da Condicionante n. 19, a Recorrente requer o provimento do presente recurso e a consequente exclusão da referida condicionante da Licença de Instalação Corretiva concedida para o empreendimento denominado PCH Luminárias.

*não solicitou
juntada de
documentos*

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 08 de novembro de 2010.

Svetlana Maria de Miranda

Svetlana Maria de Miranda

OAB/MG 74.169

Fabiana Soares Leme

OAB/SP 198.739